



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Economia Bárbara

Data: 05/09/2019

Caderno/Link: <https://economiabarbara.com.br/economia/greve-dos-caminhoneiros-paralisacoes-atingem-ao-menos-6-locais-no-pais-nesta-quarta/>

Assunto: Greve dos caminhoneiros: paralisações atingem ao menos 6 locais no país nesta quarta

Greve dos caminhoneiros: paralisações atingem ao menos 6 locais no país nesta quarta

Até ao momento, as manifestações acontecem nos Estados do Rio de Janeiro, Paraíba, Alagoas e Pernambuco, segundo informações da transportadora JSL a Economia Bárbara teve acesso



Publicado
1 dia atrás
em

4 de setembro de 2019

Por

Bárbara Leite



Em 2018, motoristas de caminhão pararam por dez dias e causaram transtornos e desabastecimento geral—Foto: Agência Brasil

A paralisação dos caminhoneiros autônomos prevista para esta quarta-feira (4) atinge, nesta manhã, ao menos seis locais do país, segundo informações do centro de gerenciamento de risco da transportadora JSL a que o **Economia Bárbara** teve acesso.

Até ao momento, as manifestações acontecem nos Estados do Rio de Janeiro, Paraíba, Alagoas e Pernambuco.



Os pontos de bloqueio nesta manhã são:

- Rodovia Presidente Dutra, no Km 274, em Barra Mansa (Rio de Janeiro)
- Posto Fiscal de Goiânia, divisa com Paraíba (Paraíba)
- Posto fiscal de Xexéu, divisa com Alagoas (Alagoas)
- Trevo de João Pessoa (Paraíba)
- Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco)
- Saída Porto de Suape (Pernambuco)

O bloqueio das estradas nestes locais não está sendo total.

No Paraná, nesta terça, também havia mobilizações para paralisações nesta quarta. O caminhoneiro conhecido por Emerson Chiquito publicou um vídeo com vários caminhões encostados na beira da estrada, convocando outros autônomos pelo país a aderirem ao movimento. “O governo virou as costas para nós”, diz, em um trecho da mensagem.

A paralisação, porém, não é consenso entre a categoria. O caminhoneiro Wanderlei Alves, conhecido como Dedéco, um dos articuladores da paralisação de 2018, por exemplo, disse que não vai aderir à greve.

“Isso é coisa de sindicalista. Não quero nem saber desses movimentos”, afirmou Dédeco.

Ele é um dos que defende continuar as negociações com o governo Bolsonaro.

Tabela do frete: Julgamento no STF e maior fiscalização

Um dos motivos da greve foi o adiamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do julgamento, marcado para esta quarta (4), de três ações, interpostas pela indústria e o agronegócio, que questionavam a constitucionalidade da tabela do frete.

O Supremo adiou o julgamento após um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para as ações não fossem julgadas na primeira semana de setembro. Segundo o governo, estão sendo feitas negociações com caminhoneiros para que haja um acordo que agrade a todos os lados.

O adiamento causou revolta entre os caminhoneiros, que acreditavam que o Supremo iria considerar constitucional a iniciativa do governo. O adiamento, no entanto, também não agradou aos empresários.

Além de protestarem contra o adiamento do julgamento do tabelamento, a categoria pede uma maior fiscalização da tabela do frete pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

A tabela do frete com preços mínimos para o transporte de cargas no país, criada no dia 30 de maio de 2018, foi uma exigência dos caminhoneiros para porem fim à greve, que durou dez dias e causou desabastecimento geral.

Essa tabela, entretanto, foi reformulada em 20 de julho último, mas a nova metodologia, feita pela **Esalq**-Log, agência ligada à Universidade de São Paulo (USP), em conjunto com a ANTT, depois de várias audiências públicas, desagradou aos caminhoneiros, que ameaçaram entrar em greve se ela não fosse suspensa.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, atendeu ao pleito da categoria e pediu a suspensão, que a ANTT acatou.



Durante a suspensão da tabela, o governo prometeu ajudar nas negociações para que os motoristas fechassem acordos coletivos com o valor a ser pago a mais pelo frete, acima da tabela. Os autônomos consideram que a tabela traz apenas os custos da categoria, e não inclui o lucro mínimo de cada profissional. Até agora, porém, ainda nenhuma das 11 categorias de caminhoneiros fecharam contratos com os embarcadores (que contratam o frete) com o “lucro” acima do valor mínimo definido na tabela do frete.

Já a indústria pediu que o governo levante a suspensão para que a nova tabela volte a vigorar.

